



MUDANÇAS JÁ

Antônio Costa dos Santos

Domingo, 11 de junho de 2000. Os convidados ao churrasco esperam ansiosos o final da partida entre Gustavo Kuerten e o sueco Magnus Norman, decisão do Torneio Aberto da França, em Roland Garros. Passam requeijão nas torradas, a cerveja vem para a mesa dobrável em canecos de alumínio resfriados. Bifes de bom tamanho assam na grelha a carvão, enquanto o filho do dono da casa, de 10 anos, com a camiseta de um time de futebol de Miami, sai do jardim e corre para seu quarto para trazer o troféu de plástico dourado que ganhou na escola no último torneio de judô.

Fim de semana idílico num subúrbio residencial da Suécia? Não, o nome do paraíso é Alphaville, na região oeste

da Grande São Paulo, e mede exatamente 322.581 m², a superfície de quase 44 estádios de futebol. Está cercado de altos muros, equipado com holofotes e sensores eletrônicos que captam qualquer movimento. Tornou-se um refúgio ideal para habitantes da metrópole que têm medo de criminosos e marginais, preservam-se da violência e desejam viver como famílias tradicionais da Europa ou das regiões abastadas dos Estados Unidos, sem ficar de frente com a realidade social de seu próprio país.

À noite, enquanto o pai do pequeno judoca anda de bicicleta, passando por sobrados enfeitados com balcões de madeira no estilo alpino ou fachadas pós-modernas, os vigilantes particu-

lares, em dupla, geralmente ainda ativos na Polícia Militar, fazem a ronda em jipes e motocicletas. Caso um simples gato ouse adentrar o gueto do bem-estar, os guardas do Alphaville correm a toda pressa para o local do evento.

"O sistema precisa ser perfeito", exige uma moradora, "porque muitos indigentes moram por perto". Para o incorporador da obra, "Alphaville representa um modelo para o futuro". Ali, comemora outro morador, "meu filho pode brincar na rua o dia todo, sem que eu tenha de me preocupar".

O domínio da milícia, à qual os moradores se submetem prazerosamente, é praticamente ilimitado. O pessoal doméstico, que no Brasil de modo algum representa privilégio de uma pequena elite, só pode ser admitido quando a tropa de proteção está de acordo. Quer se trate de babás, cozinheiras ou motoristas, seus antecedentes são cuidadosamente examinados. "Quem roubou ou furtou", declara o co-projetista Yojiro Takaoba, "não tem nenhuma chance conosco".

Para esse magnata da construção civil em São Paulo, Alphaville real nada tem em comum com o filme de ficção científica Alphaville, rodado em 1965 pelo diretor francês Jean-Luc Godard, que profetiza o controle total de um mundo tecnocrático. Mais de uma dúzia de "ilhas" como esta estão con-

cluídas, cerca de 120 mil pessoas podem viver em Alphaville ou no gueto vizinho Aldeia da Serra.

Indústrias, escritórios, shoppings e restaurantes se estabeleceram nas cercanias, eles também rigorosamente vigiados. A Polícia Militar, malafamada por corrupção ou incompetência, raramente aparece por lá. Em vez disso, 400 seguranças particulares, revólveres de seis balas no cinturão, protegem esse oásis.

O saudoso sociólogo Vinicius Caldeira Brant, quando no Cebrape, definia a situação como "uma guerra civil". Na Europa, onde teve de exilar-se durante os governos militares no Brasil, "os violentos viviam atrás dos muros, no nosso país são os ricos".

Na Europa, "os violentos viviam atrás dos muros, no nosso país são os ricos".

Segunda-feira, 12 de junho de 2000. Os moradores de Alphaville, estupefatos, assistem ao vivo, pela televisão, às cenas chocantes do seqüestro de um ônibus no Rio, a morte de uma refém e o raptor sendo colocado em um camburão. O trágico desfecho da ação representa o ingrediente que faltava para que todos extravasassem seu sentimento de indignação diante dos níveis intoleráveis de violência

que diuturnamente atingem a sociedade, fazendo até com que o governador do Estado de São Paulo seja covardemente agredido por grevistas e o ministro da Saúde, José Serra, atingido por um ovo.

No que provavelmente constitui um misto de legítima revolta pessoal e senso de oportunidade política, manifestam-se o presidente da República, o presidente do Congresso, o ministro da Justiça, o governador do Rio de Janeiro e tantos outros. Agora o Brasil tem pressa. O governo federal anuncia a elaboração e a implantação do Plano Nacional de Segurança Pública. Os governos dos Estados agilizam também os seus próprios planos. Foi preciso que a imagem do seqüestro do ônibus e suas trágicas conseqüências, em plena zona sul do Rio de Janeiro, corresse o mundo na velocidade cibernética para que as providências fossem, novamente, apregoadas. Entretanto, não há nenhuma garantia de que, passado esse momento de revolta da população, o ritmo lento, normal, da administração pública brasileira, não seja retomado. Pois a urgência de medidas efetivas e concretas de combate à violência não passou a existir apenas porque a Polícia Militar carioca apresentou falhas na condução do seqüestro do ônibus. Não é preciso ser um cientista social renomado para concluir a necessidade de serem adotadas providências urgentes.

Não mais existem espaços para discursos ilusionistas e atitudes tomadas exclusivamente com a finalidade de uma vez mais dar satisfações à sociedade. O risco diante de uma realidade tão cruel é ceder aos apelos populistas e a planos mira-bolantes fadados a nenhuma ou apenas momentânea eficácia. A violência é um fenômeno social extremamente complexo, cujo enfrentamento deve ser feito em várias frentes. Perder a perspectiva dessa complexidade - e do caráter multi-disciplinar do combate ao crime - é um caminho certo para o mais retumbante fracasso.

A violência é um fenômeno social extremamente complexo, cujo enfrentamento deve ser feito em várias frentes.

Não é de hoje que a criminalidade rompeu o limiar do tolerável e não será amanhã que o problema estará solucionado. Medidas mais gerais para o controle do crime e da violência englobam melhoria da educação, geração de empregos e políticas sociais ativas. Não há mais tempo para esperar que medidas dessa natureza apresentem seus resultados. No plano emergencial, há que melhorar o desempenho das polícias, alocando-lhes recursos materiais e humanos indispensáveis e adequados. E não

somente para ações especializadas, como as operações envolvendo refêns, mas também para enfrentar as ocorrências mais comuns, com uma abordagem técnica eficaz e eficiente. Para isso o Brasil precisa crescer ou crescer: não há alternativa.

Medidas mais gerais para o controle do crime e da violência englobam melhoria da educação, geração de empregos e políticas sociais ativas.

A mais forte restrição ao crescimento econômico refere-se ao chamado déficit em conta corrente que só agrada aos que gostam de viver perigosamente, no dizer de Antônio Delfim Neto. Quanto à ênfase na restrição imposta pelo nível de poupança, ela parece sugerir que a poupança é produzida pelo Espírito Santo. Provavelmente, a relação entre crescimento e poupança é inversa: a taxa de crescimento é que produz a taxa de poupança. Ou melhor, a relação empiricamente não rejeitada (mas que lança dúvidas sobre as previsões do modelo neoclássico) é que o crescimento precede e estimula o investimento e que o crescimento gera a poupança. Para o economista Martin Muhleisen, "nos últimos anos verificamos que benefícios fiscais e taxas de juros têm sido instrumentos

largamente insuficientes para aumentar a taxa de poupança interna. Por outro lado, estudos empíricos demonstram que altas taxas de crescimento do produto precedem altas taxas de poupança. À luz dessas evidências, este trabalho aponta outro caminho para elevar a poupança: estimular a poupança pública e fomentar o crescimento através do aumento da produtividade, principalmente pela liberalização do mercado financeiro".

Nas palavras do economista André Urani, técnico do IPEA e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "para fugir do fantasma de Botsuana, o Brasil precisa que o seu desenvolvimento econômico produza maior justiça social, que sempre esteve relegada ao segundo plano e que nos trouxe certa notoriedade mundial: somos um caso típico de país que apesar de crescer a taxas elevadíssimas - sobretudo durante o milagre, nas décadas de 60 e 70 -, não conseguia reduzir a pobreza na mesma intensidade. Aqueles eram, no entanto, anos dourados em relação aos últimos 20 anos, nos quais a ênfase da política econômica deslocou-se por completo das questões de longo para as de curto prazo, notadamente no combate à inflação e no ajuste da balança de pagamentos. Há um consenso de que o crescimento econômico, per se, não será capaz de reduzir a pobreza na intensidade

necessária para consolidar o processo de democratização, *stricto sensu*, deste país”.

À fase de turbulência econômica registrada no primeiro trimestre de 1997, concomitante ou seguidamente o país se viu sacudido pela turbulência político-administrativa, inclusive com a instauração de inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito e a elevação das tensões sociais nos últimos meses, trazendo sérios riscos para a democracia e a governabilidade. Ninguém melhor do que o sociólogo-presidente para enfrentar essa realidade, para passar do discurso à ação eficiente e eficaz, competente e capaz.

Antônio Costa dos Santos
é administrador, sociólogo, jornalista
e professor da FACE-FUMEC
